



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu-se no Plenário Vereador Messias Gomes de Mello, a Câmara Municipal de Muzambinho, para a realização da décima nona reunião ordinária deste ano. O Senhor Presidente, Vereador Israel Ramos Orlando, solicitou ao Assessor do Legislativo, senhor Marcos Vinicius Mello Ribeiro, que fizesse a verificação do quórum. Todos os Edis estavam presentes à reunião. Em seguida, o Senhor Presidente, convidou a todos para que, em pé, fizessem a oração inicial, Pai Nosso. Posteriormente, o senhor Presidente, em nome do povo muzambinhense e suplicando a proteção de Deus, deu por abertos os trabalhos desta reunião. Logo após, o senhor Presidente submeteu ao plenário a dispensa da leitura da ata da décima oitava reunião ordinária realizada no dia 8 de junho de 2026, cujo conteúdo foi disponibilizado aos Edis para consulta no dia 11 de junho de 2026, perguntando aos Edis que fossem favoráveis que permanecessem como estavam e os que fossem contrários que se manifestassem. O Senhor Presidente deu por aprovada a dispensa. Em seguida, colocou a ata em votação, dizendo aos Edis que fossem favoráveis que permanecessem como estavam e os que fossem contrários que se manifestassem. O Senhor Presidente considerou a ata aprovada por unanimidade. Posteriormente, o Senhor Presidente, solicitou à Primeira Secretária, Vereadora Lúcia Aparecida Bernardes da Cruz, que fizesse a leitura dos requerimentos e indicações apresentados pelos Edis. A Primeira Secretária fez a leitura dos requerimentos de números 189 a 197/2026. Em seguida, fez a leitura das indicações de números 139 a 146/2026. Logo após, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia expedientes enviados pelo Senhor Prefeito. Havia e foram lidos. O Senhor Presidente perguntou ao Assessor se havia correspondências gerais. Havia e foram lidas. Posteriormente, o Senhor Presidente, perguntou ao Assessor do Legislativo se havia alguma pessoa inscrita para o uso da Tribuna Livre e qual o Assunto. Não havia. Em seguida, o senhor Presidente solicitou aos Edis que quisessem se pronunciar que assinassem o livro que estava em poder do Segundo-Secretário Vereador Carlos Donizetti Miranda. O primeiro Vereador a se pronunciar foi o professor Otávio Luciano Camargo Sales de Magalhães, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos. O Vereador expressou insatisfação pela publicação de um texto crítico a seu respeito, afirmou que a publicação configurava crime e que registraria um boletim de ocorrência sobre o caso. Em seguida, ressaltou que nunca perdeu um processo judicial eleitoral de forma definitiva, desafiando qualquer um a provar o contrário, e justificou que os problemas enfrentados em sua carreira de professor decorreram de denúncias que ele próprio fez contra gestores escolares. Posteriormente, relatou que, após denunciar uma diretora em 2006, a gestão seguinte transformou a escola Salatiel em um caos, com episódios de tráfico de drogas, violência e até ameaças de morte contra ele, o que motivou a produção de documentos falsos para atacá-lo; contudo, o diretor da época o processou e perdeu a ação, sendo posteriormente afastado do cargo. O Vereador acusou a página "Politize Muzambinho" de vazar documentos internos fora de contexto e associou os ataques ao fato de ele criticar o candidato a prefeito do grupo rival, a quem acusou de perder sucessivos processos e de tentar destruir sua reputação. Em seguida, defendeu sua conduta ética, afirmando que anulará judicialmente os processos administrativos antigos, e destacou seu compromisso exclusivo com o trabalho e com os estudantes, pontuando que as difamações não surtiram efeito, já que a frequência em suas aulas aumentou e ele continua gerando resultados positivos na educação. O Edil encerrou seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

pronunciamento agradecendo a todos. O próximo vereador a se pronunciar foi o senhor Mário Donizetti Menezes, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos. O Vereador prestou homenagem ao professor, educador e escritor Ivan Antônio de Freitas, falecido no dia 13 de junho de 2026. Relembrou a trajetória do mestre, que nasceu em Contagem-MG em 1948, mas adotou Muzambinho como sua casa, onde se destacou como diretor-geral da Escola Agrotécnica Federal (atual IFSULDEMINAS) e exerceu cargos públicos de relevância, como secretário de Educação, Cultura e Esporte, além de presidente da Fundação Educacional de Muzambinho e da AMOG. O Edil destacou que, em 1995, quando exercia a presidência da Câmara ao lado do doutor Fernando Cláudio de Oliveira Borelli, teve a honra de conceder ao professor Ivan de Freitas o título de Cidadão Honorário. Também recordou uma passagem marcante em que a intervenção do professor Ivan foi crucial para evitar o fechamento da agência da Caixa Econômica Federal em Muzambinho; na época, como presidente do Legislativo e representando do prefeito José Ubaldo, viajou a Brasília com o professor, que intermediou o contato com seu irmão, Geraldinho, assessor de Danilo de Castro, presidente da Caixa, viabilizando o requerimento que salvou a agência local em detrimento da agência de Cabo Verde. Por fim, o Vereador exaltou a atuação de Ivan de Freitas como provedor da Santa Casa de Misericórdia, sua recente posse na cadeira número 3 da Academia Muzambinhense de Letras em outubro de 2025, e o seu legado inestimável como mestre em tempo integral, pedindo que Deus o acolhesse em sua glória e que a comunidade jamais o esquecesse. O Edil encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos. O próximo vereador a se pronunciar foi o senhor Afrânio Donizetti Damázio, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos. O Vereador relatou ter sido procurado por uma munícipe que cobrou mais incentivo e valorização para a realização de rodeios em Muzambinho. Em seguida, expressou grande alegria ao anunciar a conclusão da iluminação e do Campo do Malha do bairro Jardim Paraíso, fruto de suas cobranças e também era um pedido do vereador Reginaldo Esaú dos Santos. O Edil Carlos Salomão pediu um aparte e parabenizou o Vereador Afrânio pela cobrança da obra que beneficiará o bairro. O Edil Afrânio retomou a palavra e falou sobre o projeto do REFIS/2026, explicando a referida proposição. O Vereador Reginaldo Esaú pediu um aparte para parabenizá-lo pela luta na causa, ressaltando que a iniciativa livraria os munícipes de seus débitos com o município. O Edil Afrânio Damázio retomou a palavra e informou ter conversado com o Vereador Carlos Miranda sobre a necessidade de a administração adquirir uma "chorumeira" para a limpeza de fossas na zona rural e solicitou um requerimento para questionar o motivo da administração não estar utilizando a roçadeira articulada para os trabalhos na zona rural. O Edil encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos. O próximo vereador a se pronunciar foi o senhor Carlos Herbert Salomão, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos. O Vereador relatou ter lido a biografia do falecido Professor Ivan, elogiando sua firmeza e dedicação à cidade. Em seguida, o parlamentar cobrou providências da diretoria da Santa Casa para a substituição de cadeiras quebradas no pronto-socorro e questionou o novo secretário de Esportes sobre a falta de transporte para atletas que competiram em São João da Boa Vista. Em seguida, disse que sobre a saúde, criticou a demora de cinco meses para a devolução de pedidos de exames que acabavam indeferidos por exigirem médicos especialistas, citando o caso de um munícipe. Quando abordou a repercussão nas redes sociais sobre o pagamento de quinquênios e abonos na Câmara o Edil Otávio Sales pediu um aparte e ressaltou que não se tratava de uma questão pessoal, mas destacou que os valores



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

pagos eram excessivos e que, com esse montante, daria para contratar dois assessores com salário-mínimo, para cada vereador, exemplificando com o alto salário de uma servidora com ensino médio. O Vereador Carlos Salomão retomou a palavra, e explicou que confiava nas mesas diretoras passadas e citou o parecer jurídico de seu irmão, o qual defendia que o quinquênio deveria ser exclusivo para servidores de carreira. Para garantir a publicidade e a transparência, solicitou que o Assessor Jurídico desta Casa Dr. José Roberto Del Valle utilizasse a tribuna para explicar a situação dos pagamentos e que a Mesa Diretora convidasse o provedor da Santa Casa para prestar esclarecimentos aos vereadores. O Edil encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos. Após o pronunciamento do Vereador Carlos Salomão, foi solicitado ao Assessor Jurídico Dr. José Roberto Del Vale Gaspar que usasse a tribuna para falar o assunto levantado pelos Vereadores em relação aos Servidores desta Casa. O Assessor Jurídico, Dr. José Roberto Del Vale, iniciou sua fala defendendo a legalidade do pagamento de quinquênios para os cargos em Comissão da Câmara Municipal. Argumentou que a vantagem estava expressamente prevista na Resolução da estrutura administrativa e no Estatuto dos Servidores, tendo sido inclusive objeto de diversas denúncias anônimas anteriores que foram arquivadas pelo Ministério Público e referendadas pelo Tribunal de Contas. O Assessor Jurídico classificou o benefício, estipulado em 5%, como uma forma justa de compensação pelas jornadas exaustivas e pela dedicação dos comissionados que extrapolavam o horário regular e que foi proposição apresentada pelo Vereador Carlos Herbert Salomão, à época. Defendeu também a continuidade dos servidores nas transições de mandato para não paralisar os trabalhos da Casa, ressaltando a sobrecarga da equipe atual e revelando que ele próprio representava o Legislativo em dois Conselhos Municipais. O Vereador Otávio Sales interveio, elogiando a trajetória política do Assessor, mas questionou os valores praticados. Em seguida, apontou que o salário bruto do Assessor tinha um patamar muito elevado e superior ao teto do Poder Executivo Municipal. Em seguida, criticou o fato de cargos de nível médio que realizavam funções burocráticas, como a chefia de compras e a assessoria de comunicação. O Vereador defendeu a necessidade moral e democrática de se criar uma cultura de alternância, com a substituição de pessoal e a instituição de um quadro técnico e efetivo por meio de concurso público. Logo após, argumentou que o Estatuto dos Servidores dependia de interpretação e que a mera menção genérica a cargos comissionados não bastava para autorizar o pagamento de quinquênios sem uma lei específica, expressando o temor de que futuros presidentes fossem responsabilizados. Em resposta, Dr. José Roberto justificou que o Ministério Público já havia feito essa sabatina e que as remunerações se justificavam pelas severas atribuições e responsabilidades patrimoniais e fiscais dos servidores, as quais eram muito distintas e mais complexas que as do Executivo. Ele reiterou a independência dos poderes e a existência de previsão orçamentária taxativa para a regularidade dos pagamentos. O Vereador Carlos Salomão entrou no debate questionando como o Legislativo poderia pagar salários superiores ao teto, o que afrontava o artigo 37 da Constituição Federal. Também condenou o pagamento de horas extras para cargos de confiança, classificando a prática como um "penduricalho" indevido, uma vez que servidores comissionados, por natureza doutrinária, não possuem carga horária rígida, mas sim o dever de integral dedicação e disponibilidade à autoridade que os nomeou. O Edil Otávio Sales relatou sua experiência como ex-presidente da Câmara, quando exigiu o cumprimento de horários e a manutenção da Casa aberta ao público, e reforçou que funções administrativas comuns deveriam ser



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

obrigatoriamente preenchidas por funcionários concursados para garantir a estabilidade e a conformidade com o Tema 1010 do Supremo Tribunal Federal. O Dr. José Roberto replicou explicando que os problemas administrativos e os balancetes eram de responsabilidade pessoal dos gestores e de seus subordinados de confiança, justificando a necessidade de o presidente escolher sua própria equipe para evitar prejuízos ao erário. Ele contrapôs que, no caso da Prefeitura, os salários que ultrapassavam o teto correspondiam a servidores de carreira que acumulavam vantagens de seus cargos efetivos. Por fim, o assessor jurídico insistiu que a Câmara possuía previsão legal clara e reiterada para os seus atos administrativos, cabendo ao próprio regulamento interno da Casa decidir pela proporção entre servidores comissionados e efetivos. O Dr. José Roberto Del Vale Gaspar encerrou sua fala agradecendo a todos. O próximo vereador a se pronunciar foi o senhor Reginaldo Esaú dos Santos, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos. O Vereador parabenizou o Edil Afrânio Damázio por ter destinado sua emenda impositiva para a iluminação do bairro Jardim Paraíso. mencionou que o valor, que era inicialmente para o campo de malha, acabou sendo direcionado para a saúde de Muzambinho. Explicou que o então secretário Wilsinho Lima remanejou verbas para concluir a obra do campo, onde a comunidade já jogava aos sábados, embora o espaço ainda não tivesse sido inaugurado devido a pendências da empresa com os banheiros, prevendo-se uma inauguração conjunta com a nova iluminação. Sobre a recente exoneração de Wilsinho Lima, o Vereador defendeu que, se houvesse irregularidades, ele deveria pagar, mas, caso contrário, deveria retornar à função, elogiando-o como o melhor secretário da pasta por trabalhar de domingo a domingo, inclusive sob chuva. O Edil Otávio Sales pediu um aparte, ponderando que, embora houvesse uma irregularidade que não deveria acontecer, o ex-secretário não havia agido de forma imoral ou ilegal, mas sim para trazer recursos ao povo; ressaltou que, enquanto a Câmara gastava mensalmente vinte e oito mil reais em algo que considerava ilegal, Wilsinho havia conseguido mais de duzentos mil reais apenas com ICMS. O Vereador Reginaldo Esaú retomou a palavra e sugeriu que talvez o novo responsável pela pasta não desse conta de todo o serviço devido às suas outras obrigações no governo e anunciou uma indicação cobrando melhorias na área de lazer. Lembrou que antigamente Muzambinho recebia cerca de vinte parquinhos que ficavam até guardados por falta de espaço, contrastando com a situação atual, em que os parquinhos existentes estavam danificados e precisavam ser substituídos por novos. Posteriormente, recordou a promessa feita por um deputado na última campanha eleitoral de realizar um rodeio gratuito para a população, alertando que esperaria para ver se a promessa se repetiria naquele ano a fim de tomar as devidas providências, e encerrou parabenizando o empresário local Igor Magalhães, cujos touros de rodeio vinham ganhando prêmios e levando o nome de Muzambinho para toda a região. O Edil encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos. O próximo vereador a se pronunciar foi o senhor Mateus Pereira Coimbra, que iniciou seu pronunciamento cumprimentando a todos. O Vereador lamentou o falecimento do professor Ivan de Freitas, destacando sua importância para a história de Muzambinho. Em seguida, mencionou que as negociações para a realização do rodeio no próximo ano já estavam em andamento com o prefeito, por intermédio do Deputado Emidinho, o senhor Marcelo Araújo e do ex-vereador Luquinha e aproveitou para agradecer ao Dr. José Roberto Del Valle pelos esclarecimentos prestados à população. Fez um apelo aos munícipes para que evitassem soltar fogos de artifício durante os jogos da Copa do Mundo, visando poupar o sofrimento de pessoas especiais e de



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

animais. O parlamentar também questionou o fato de a prefeitura estar realizando uma operação tapa-buracos na rodovia que liga Muzambinho a Caconde, que foi finalizada em setembro de 2025, ressaltando que a obra ainda deveria estar na garantia e que, por isso, formalizou um pedido de explicações. Na sequência, cobrou do prefeito a retirada de um palco montado na avenida central há quase um mês, que além de esteticamente feio, atrapalhava o lazer das crianças, e exigiu providências sobre bueiros abertos e fios desencapados por toda a cidade. Posteriormente, criticou a falta de retorno sobre o engenheiro de tráfego, classificando o trânsito do município como perigoso e caótico devido à ausência de lombadas e sinalização e cobrou fiscalização dos terrenos abandonados, alertando que empresários estavam deixando a cidade enquanto o Plano Diretor permanecia sem discussões. Por fim, exigiu melhorias no calçamento da Avenida Frei Rafael e repudiou as condições de trabalho da equipe de limpeza pública, que há mais de um ano atuava sem uniformes, chapéus ou capas de chuva adequados, chegando a afirmar que, se a administração não tomasse providências, ele mesmo compraria os equipamentos para os servidores, ainda que corresse o risco de que eles fossem impedidos de usá-los. O Edil encerrou seu pronunciamento agradecendo a todos.

ORDEM DO DIA. O Senhor Presidente por meio da coordenação do Parlamento Jovem 2026, convidou a todos para a Plenária Municipal do Parlamento Jovem 2026, a ser realizada no 18 de junho de 2026, às 19h, no Plenário da Câmara Municipal de Muzambinho. Em seguida, colocou os requerimentos em votação, dizendo aos Edis que fossem favoráveis que permanecessem como estavam e os que fossem contrários que se manifestassem. O senhor Presidente deu por aprovados os requerimentos e solicitou ao Assessor do Legislativo que os encaminhasse a quem for de direito. O Senhor Presidente solicitou ao Assessor do Legislativo que encaminhasse as indicações ao Executivo conforme Regimento Interno desta Casa. O Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia redações finais aptas a serem votadas. Não havia. Posteriormente, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Legislativo dando entrada nesta Casa de Leis. Projeto de Lei 4.296/2026, que “Dispõe sobre a inclusão do evento “Desfile de Cavaleiros Rancho Billy” no calendário oficial de eventos do Município de Muzambinho/MG, e dá outras providências”. Após, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Legislativo em tramitação. Projeto de Lei 4.295/2026, que “Dispõe sobre a inclusão do evento ‘Encontro de Trilheiros’ no calendário oficial de eventos do Município de Muzambinho/MG, e dá outras providências”. O Projeto de Resolução 5/2026, que “Dispõe sobre alteração dos anexos I e II da Resolução nº 6/2019, que dispõe sobre consolidação, atualização e alteração da estrutura administrativa da Câmara Municipal de Muzambinho”, foi retirado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, para adequação, com fundamento no art. 332, § 3º do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Em seguida, o Senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Legislativo para serem votados em turno único. Não havia projetos do Legislativo para serem votados em turno único, primeiro e segundo turnos. Posteriormente, o senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Executivo dando entrada nesta Casa de Leis. **Projeto de Lei 4.294/2026, que “Dispões sobre instituição do Programa de Recuperação Fiscal no Município de Muzambinho – REFIS 2026”.** O Edil Afrânio Damázio pediu urgência especial no projeto, bem como na redação final e fez a justificativa. O Senhor Presidente solicitou à Primeira-Secretária, que colocasse em Plenário votação nominal do pedido de urgência. Em seguida, o Senhor Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

deu por aprovado, por 10 (dez) votos favoráveis, o pedido de urgência especial ao projeto, bem como para a confecção da redação final. O Senhor Presidente solicitou o parecer das comissões que foram favoráveis. Posteriormente, colocou o projeto em discussão. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou à Primeira-Secretária, que colocasse em Plenário votação nominal do projeto. Após votação, o Senhor Presidente deu por aprovado o projeto, em regime de urgência especial, em turno único, por 10 (dez) votos favoráveis, e solicitou ao Assessor que o encaminhasse à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para confecção da Redação Final e o parecer e, em seguida, enviasse ao Plenário para votação. Posteriormente, o Assessor do Legislativo informou que a Comissão de Legislação, Justiça e Redação confeccionou a redação final e o parecer foi favorável. O Senhor Presidente colocou a Redação Final do Projeto em discussão. Logo após, solicitou à Primeira-Secretária, que colocasse em plenário votação nominal da Redação Final do Projeto. Após votação, o Senhor Presidente deu por aprovada a redação final do Projeto de Lei 4.294/2026, em regime de urgência especial, em turno único, por 10 (dez) votos favoráveis, e pediu ao Assessor do Legislativo que encaminhasse o projeto à Mesa Diretora para autógrafos e, em seguida, enviasse ao senhor Prefeito. Logo após, o senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Executivo em tramitação. Projeto de Lei 4.291/2026, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Exercício de 2027, e dá outras providências"; Projeto de Lei Complementar 125/2026, que "Altera o Anexo II da Lei Complementar nº 29, de 2012 e altera a Lei Complementar nº 75, de 12 de setembro de 2022, e dá outras providências". Posteriormente, o senhor Presidente perguntou ao Assessor do Legislativo se havia Projetos do Executivo para serem votados em turno único. Não havia projetos do Executivo para serem votados em turno único, nem em primeiro e segundo turno. Nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Israel Ramos Orlando, em nome do povo muzambinhense e suplicando a proteção de Deus deu por encerrada a presente reunião e convidou a todos para a próxima reunião ordinária que será realizada no dia 22 de junho de 2026, às 20 horas, no Plenário Vereador Messias Gomes de Mello. E eu, Marcos Vinicius Mello Ribeiro, Assessor do Legislativo, por ordem da Primeira-Secretária, Vereadora Lúcia Aparecida Bernardes da Cruz, lavrei a presente ata. Câmara Municipal de Muzambinho/MG, 17 de junho de 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE MUZAMBINHO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Afrânio Donizetti Damázio

Carlos Donizetti Miranda

Carlos Herbert Salomão

Daniel Eduardo Ferraz

Israel Ramos Orlando

Jacqueline V. V. Krauss de Oliveira

Lúcia Aparecida Bernardes da Cruz

Mário Donizetti Menezes

Mateus Pereira Coimbra

Otávio Luciano C. S. de Magalhães

Reginaldo Esaú dos Santos